

02/1993

MORRO DO DIABO DEIXA DE SER PARQUE-MODELO

TEODORO SAMPAIO - A maior floresta atlântica continental ainda preservada do estado de São Paulo está em perigo. Há menos de três anos, os 35 mil hectares de mata do Parque Estadual do Morro do Diabo, no extremo oeste de São Paulo, eram protegidos de forma exemplar. Como raramente acontece no Brasil, o parque estava demarcado em toda sua extensão; não tinha posseiros; estava devidamente implantado; tinha infra-estrutura de apoio; guardas suficientes; carros e barcos para fiscalização; combustível e programas-modelo de educação ambiental e de combate a incêndios. Agora, o Morro do Diabo está caindo na inércia característica dos parques brasileiros, sem dinheiro e dependente de iniciativas externas.

Administrado pelo Instituto Florestal, IF, o parque se beneficia de um convênio com a CESP, Companhia Energética de São Paulo, celebrado por ocasião do enchimento da represa de Rosana, em 1984. Como as águas da hidrelétrica "roubaram" 3 mil hectares do parque, negociou-se um convênio, beneficiando diretamente a unidade de conservação, no lugar do pagamento de indenização. Até alguns atrás - com medidas simples e um pouco de criatividade - o convênio assegurava a fiscalização e o controle dos incêndios. Na opinião do atual diretor do parque, o agrônomo Francisco Vilela, entretanto, esta não é mais a realidade: o combustível e os 18 guardas do parque hoje não são suficientes. Por isso, o plano de ação para 1993 inclui um pedido de mais verbas e mais funcionários e nenhum projeto de ação. Para agir, Vilela depende de um plano de manejo do parque, a ser elaborado por técnicos do IF, sem data definida.

Antonio Audi, da CESP, estranha a alegação de falta de dinheiro: "o convênio com a CESP garante ao parque mais dinheiro do que eles conseguem gastar, tanto que já tivemos casos de devolução de verbas trimestrais".

O programa de combate a incêndios não precisaria de muito dinheiro para funcionar. Baseado numa fórmula simples de verificação da umidade da mata, o programa prevê o aumento das rondas quando o risco de fogo se torna alto. A verificação da umidade era feita na sede do parque e indicada numa placa, para conhecimento dos guardas. Mas nada disso estava funcionando quando a reportagem da Agência Estado visitou o parque, nesta semana. O programa de educação ambiental - que em 1992 atendeu 9.100 visitantes - também já não segue no mesmo ritmo. Vilela cortou o ônibus que transportava visitantes da região para o parque e alega estar sem coordenador. O ônibus foi doado, em 1989, pela embaixada do Canadá, para facilitar o acesso das crianças e professores, que moravam ao lado do parque e nunca o tinham visitado. Agora, com a bandeira do Canadá raspada, o veículo transporta os funcionários na ida e volta ao parque e para jogos de futebol, "porque o combustível estava fazendo falta na fiscalização", alega o diretor. As crianças e professores continuam indo ao parque, mas dependem de ônibus cedidos pelas prefeituras.

O abandono gradual do Morro do Diabo torna-se mais grave diante da situação fundiária do Pontal do Paranapanema, onde ele se localiza. Desde 1947, toda a região está legalmente protegida pela Grande Reserva do Pontal, dentro da qual se insere o parque. Na prática, porém, as terras da Grande Reserva foram griladas por fazendeiros - ainda sem titulação definitiva - e são consideradas devolutas, o que atrai contingentes de sem-terras em busca de assentamento. Na briga dos sem-terras com os fazendeiros pela posse, as maiores prejudicadas são as florestas: sempre que há um litígio, as áreas consideradas de preservação incendeiam "acidentalmente" e, por estarem "degradadas", passam a ser ocupadas. Os fazendeiros protegem assim seus pastos e os sem-terra conseguem suas glebas.

Esse processo vem se repetindo desde o início do século e hoje só restam as matas protegidas pelo parque, além de algumas ilhas de floresta dentro de fazendas. A maior garantia de preservação do Morro do Diabo estava na sua manutenção como parque-modelo e no trabalho de educação ambiental, que ensina aos vizinhos a importância daquela unidade de conservação. Ali vive a maior população selvagem de micos leões pretos (os "primos" menos famosos dos micos leões dourados) e as últimas antas e onças do interior de São Paulo. Também é a última floresta atlântica continental estável, embora esta estabilidade dependa do controle de incêndios e da manutenção de uma grande área contínua sem desmatamentos.